

Advogados apostam no “diálogo” de Alberto Martins para travar o caos

Apesar de “desconhecido” para a maioria dos advogados, o perfil de Alberto Martins é aplaudido. A justiça precisa de “diálogo e reformas” garantem.

Francisco Teixeira
francisco.teixeira@economico.pt

Todos concordam que o espírito “dialogante” do novo ministro da Justiça, Alberto Martins, é uma arma de peso para enfrentar o caos que reina no sector, mas também todos concordam que não basta.

Os vários advogados ouvidos pelo Diário Económico garantem que os problemas que assolam a justiça estão longe de ter uma solução mágica, sendo Júlio Castro Caldas, advogado com larga experiência e ex-ministro da Defesa, um dos mais pessimistas sobre o cenário com que se deparará o novo ministro: “Não vai conseguir fazer nada, na situação em que o sistema judiciário se encontra era preciso um consenso alargado”. Já Luís Cortes Martins acrescenta e aponta o dedo ao “excesso de corporativismo nas profissões jurídicas (incluindo a minha) que dificulta o êxito de muitas das reformas que foram feitas”. Ainda assim, o sócio da Serra Lopes, Cortes Martins e Associados acrescenta que “Alberto Martins é um homem com muita experiência política, sobretudo na actividade parlamentar”. O que não é de somenos se tivermos em conta que será o Parlamento o palco principal das reformas de fundo de que a justiça precisa. “O grande desafio é escolher onde se fazem as reformas no Parlamento: se à esquerda, se à direita. Eu diria que têm de ser feitas à direita do PS” diz Jorge Bleck da Linklaters. Magalhães e Silva está optimista quanto a possíveis consensos entre os principais partidos: “Não acredito que existam divergências de fundo relativamente aos procedimentos necessários para um processo civil e penal célere e de qualidade. Pode é haver mais dificuldades

MEDIDAS URGENTES

1

Tornar a justiça mais célere

Com o prazo médio de duração dos processos a rondar os 25 meses, os advogados apontam a falta de “celeridade” como o grande problema da justiça. O Governo assinará um compromisso com o Conselho Superior de Magistratura para reduzir os prazos.

2

Falta de ligação entre protagonistas

Juizes, advogados, funcionários, magistrados e políticos. Todos partilham responsabilidades no mau funcionamento da justiça sendo certo que as reformas necessárias só serão aplicadas se todos remarem no mesmo sentido. São, no entanto, frequentes as trocas de acusações entre os protagonistas como aconteceu recentemente com o presidente da associação sindical de juizes e com o presidente do Conselho Superior de Magistratura.

na reorganização judiciária”.

Certo é que uma das bandeiras dos socialistas para reduzir aquele que é apontado como o principal problema da justiça – a morosidade dos processos – não passará pelo crivo dos 230 deputados. O próximo ministro prepara-se para assinar um compromisso público com o Conselho Superior de Magistratura para que as custas judiciais sejam reduzidas ou até eliminadas sempre que o prazo razoável de duração de um processo for eliminado. A grande dúvida estará na definição desse prazo – actualmente um processo cível dura em média 25 meses.

O certo é que, institucionalmente, os advogados ficaram optimistas com a escolha de Alberto Martins. Marinho e Pinto, conhecido pelos seus comentários críticos em relação a praticamente todos os protagonistas da Justiça, diz que as “perspectivas são boas. Alberto Martins é uma pessoa conhecedora da área, com capacidade de diálogo e que revelou ser um bom político quando foi líder parlamentar. Na Ordem temos as melhores expectativas”. Já José Miguel Júdice assume que se trata de “um velho amigo” a quem deseja, “por ele e pela justiça, o maior sucesso”.

Mas o certo é que, independentemente dos elogios que se possam fazer a Alberto Martins, é nos resultados que será feita a avaliação do seu trabalho. E, aí, a experiência de Castro Caldas volta a falar mais alto: “O novo ministro? Tem uma tarefa impossível. Eu tenho processos que estão há 25 anos em tribunal”. E, desde 1984, já passaram pelas arcadas do Terreiro do Paço nada mais nada menos do que nove ministros: cinco do PSD, quatro do PS e um do CDS. Todos eles com um sucesso muito relativo. ■ Com S.R.

PERFIL

O corajoso que enfrentou Tomás

“Um cidadão corajoso, um grande político e um distinto jurista”. É assim que Boaventura Sousa Santos, presidente do Observatório Permanente da Justiça descreve Alberto Martins. Qualidades que se adivinham indispensáveis para o novo ministro da Justiça, numa legislatura que se prevê difícil. Aos 64 anos, é o ministro mais velho deste Governo. Fez 29 anos no dia em que estalou a Revolução dos Cravos e caiu o regime que o chegou a prender por motivos políticos. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra e, como presidente da Associação Académica, foi activo na luta contra a ditadura, tendo enfrentado Américo Tomás, então Presidente da República, quando, na Crise Académica de 69, pediu a palavra “em nome dos estudantes de Coimbra”. Mais tarde, filiou-se no PS e, em 1979, foi eleito deputado pela primeira vez. Vinte anos depois, Guterres convidou-o para ministro da Administração Pública. Como líder parlamentar, entre 2005 e 2009, impulsionou as leis da paridade e da parentalidade. Antes, foi presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. Das mãos de Sampaio recebeu a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, em 1999. Agora, prepara-se para assumir uma “tarefa imensa” – como frisou o presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, João Palma. C.M.

O QUE DIZEM OS ADVOGADOS SOBRE O NOVO MINISTRO E AS PRIORIDADES DA JUSTIÇA



Marinho e Pinto

Bastonário dos advogados

"Se Alberto Martins é bom ou mau ministro só no final se saberá. As perspectivas são boas, é uma pessoa conhecedora da área, com capacidade de diálogo e revelou ser um bom político quando foi líder parlamentar. Na Ordem dos Advogados temos as melhores expectativas em relação a ele".



Júlio Castro Caldas

Advogado

"Não vai conseguir fazer nada, na situação em que o sistema judiciário se encontra era preciso um consenso alargado. Nas reformas postas em prática não foram ouvidas as pessoas que estão no terreno. Por exemplo, para intentar um recurso, tenho de consultar três códigos de processo civil, toda a reforma está inquinada".



Jorge Bleck

Linklaters

"Não conheço o trabalho dele no campo da justiça. Nem como jurista, nem como advogado. Não sei se ele conhece o sector. A justiça é das áreas onde para reformar vão ser necessárias maiorias no parlamento. O grande desafio é escolher onde se fazem as reformas se à esquerda se à direita. Eu diria que têm de ser feitas à direita do PS".



Nuno Galvão Teles

MLGTS

"Parece-me bem. É uma pessoa muito competente, conciliador e sabedor e com muita experiência política e reconhecida como uma pessoa válida. Tem todas as condições para fazer um bom trabalho. Na justiça é preciso ligar as pontas entre os diversos agentes e terá condições para executar um trabalho bem feito. Tem peso político para impor as suas ideias".



Luís Cortes Martins

SLCM

"A Justiça precisa urgentemente de reformas e medidas concretas. Todos sabem quais são as mais necessárias. E a maior parte dessas reformas passam mais por pessoas do que por alterações legislativas. Há um excesso de corporativismo nas profissões jurídicas (incluindo a minha) que dificulta o êxito de muitas das reformas que foram feitas".



Diogo Leónidas

Garrigues

"Não tenho opinião nem boa nem má sobre o novo ministro. A prioridade continua a ser a celeridade e confiança na justiça. Garantir que os processos andam depressa e que andam mesmo. O que se vê é que os processos se arrastam e fica a sensação de que nada acontece. Para bem da justiça e para bem dos arguidos isto tem de mudar".